



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 8/2015

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM UM DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----**

-----Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 18 de março corrente, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

**2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **3.-ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DE 2014:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente Relatório de Avaliação elaborado conforme o disposto no artigo 10º. da Lei número 24/98 - Estatuto do Direito de Oposição, de vinte e seis de maio.-----

-A Câmara depois de apreciado deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação e remetê-lo, em cumprimento do artigo 10º., nº.2 do Estatuto do Direito da Oposição, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição representados nos Órgãos Deliberativo e Executivo: Partido Socialista e CDS-Partido Popular a fim de sobre ele se pronunciarem.-----

### **4.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 61, referente ao dia 31 de março que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EXPEDIENTE:**-----

#### **5.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

##### **5.1.1.-DL N°. 100/2015, de 16/01 – RJACSR –Delimitação das Competências de Fiscalização, Instrução dos Processos e Decisão de Contra-Ordenações Entre ASAE e As Câmaras Municipais:**-----

-----Foi presente a circ. 36/2015-LR, datada de 17/03/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento da comunicação da Autoridade de Segurança Alimentar Económica (ASAE) relativa à delimitação das competências de fiscalização, instrução dos processos e decisão de contraordenação entre ASAE e as Câmaras Municipais, no âmbito do “Regime Jurídico de Acesso às Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.2.-Programa CAPACITAR:-----**

-----Foi presente a Circ. 34/2015-PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento do Protocolo que celebrou com a Direção-Geral das Autarquias Locais, com a Fundação para os Estudos e Formação Autárquica – Fundação CEFA e com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional que tem por objetivo estabelecer e regular o conteúdo, a estruturação, a implementação e a promoção de um programa de capacitação da Administração Local para o desenvolvimento económico e social, designado por “Programa Capacitar”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **6.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----**

#### **6.1.-JUVENTUDE:-----**

##### **6.1.1.-Apoio à Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 12 a 14/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

### **7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----**

#### **7.1.-URBANIZAÇÃO:-----**

##### **7.1.1.-Indemnização pela Demolição de Edifício e Ocupação de Terrenos, Sítos na Av. do Reguengo, nº.225, em Vila Meã, Sobral - Fixação de prazo para a demolição:-----**

-----O Senhor Presidente informou que no seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara 4/03/2015 que aprovou a aquisição por via do direito privado da área de 31 m2 do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prédio de João Paulo Gomes de Moraes, inscrito na matriz urbana da freguesia de Sobral sob o artigo 364, por forma a possibilitar o alargamento da via naquela zona da Avenida do Reguengo e indemnizar o proprietário pelos prejuízos decorrentes da demolição da casa de habitação e anexos ali implantadas, que se revelam indispensáveis a tornar possível a integração daquela área no domínio público, pela quantia de 50.000,00 €, foi celebrada no pretérito dia 30 de março a escritura pública de compra e venda sendo assim necessário fixar um prazo para a desocupação do edificio a demolir.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o Senhor João Paulo Gomes de Moraes para que até 01/05/ 2015 proceder à desocupação do edificio a demolir.-----

### **7.2.-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:-----**

#### **7.2.1.-EDP - Obras efetuadas e a efetuar no Concelho:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 65/15/DRCM, de 15/03/2015, da EDP Distribuição – Direção de Redes e Clientes do Mondego dando conhecimento das obras efetuadas no Concelho de Mortágua no ano de 2014, as obras em curso e as obras em projeto. Mais informam que:-----

-----Foram executados 9.398 metros de rede MT,3 PT's, 6.461 metros de Rede BT/IP, 63 chegadas e 302 luminárias e ainda a substituição 185 lâmpadas.-----

-----O montante aplicado no Concelho de Mortágua até ao final de 2014 foi de oitocentos e noventa e seis mil duzentos e trinta e quatro euros (896.234,00 €), correspondente ao investimento das Redes AT/MT/PT's/BT/IP – setecentos e trinta e um mil cento e setenta e ito euros (731.178,00 €) e em manutenção das referidas redes cento e sessenta e cinco mil e cinquenta e seis euros (165.056,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **7.3.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO:-----**

#### **7.3.1.-ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA – Relatório de Ponderação da Participação Preventiva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território:-----

-----“ASSUNTO: Alargamento do período de participação Preventiva da Alteração do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira-----

-----Nos termos do nº.2 do artigo 148º. do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial RJIGT, os planos municipais de ordenamento do território devem obrigatoriamente ser publicitados em dois jornais nacionais e um semanário. Opcionalmente, tal também pode ocorrer em jornais regionais ou locais, nos termos do nº. 3 do mesmo normativo.-----

-----Face ao exposto, informo que a publicitação da participação preventiva do plano mencionado em epígrafe, apenas foi publicitado nos termos do nº. 3, não tendo sido aplicado o imperativo legal.-----

-----Nestes termos, de acordo com a CCDRC, o aviso da participação preventiva deverá ser publicado nos termos do nº.2 do artigo 148º. Do RJIGT, dando conta que a participação preventiva decorrerá por mais 15 dias.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade prorrogar o prazo de participação preventiva por mais 15 dias publicitando o mesmo nos termos do nº.2 do artigo 148º. do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial RJIGT.-----

### **8.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----**

#### **8.1.-PROJETO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA POVOAÇÃO DE MORTAZEL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de Execução da “Drenagem de Águas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Residuais da povoação de Mortazel, elaborado pela Firma Cipriano Pereira Carvalho & Filhos, Lda, e que apresenta de orçamento de cento e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinco cêntimos (146.759,05 €), para a rede de drenagem e de cento e treze mil cento e treze euros (113.113,00 €) para a ETAR.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar o projeto nos termos do parecer técnico emanado pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

### **9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

#### **9.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:**-----

##### **9.1.1.-Aquisição de Terreno - Aprovação da Minuta da Escritura de Compra e Venda:---**

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 4/02/2015 foi presente a minuta da escritura de compra e venda, que se dá aqui por integralmente reproduzida, da aquisição a Maria Alexandra Festas Cancela de Abreu, NIF 138923337, residente em Rua S. Filipe Nery, nº.78, 1250-227 Lisboa, da parcela de terreno com a área de 5367 m2, situada em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça Concelho de Mortágua, a destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 16695 (teve origem no artigo matricial rústico de 6830 da Freguesia de Mortágua) e do terreno com a área de 127.049 m2, situada em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artº. 8356 (teve origem no artigo matricial rústico 2967 da Freguesia de Mortágua).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a minuta da escritura de compra e venda dos terrenos acima referidos e remeter o processo ao Tribunal de Contas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **10.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----**

#### **10.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos propondo que:-----

-----No seguimento da estratégia da Câmara Municipal de Mortágua na valorização das principais linhas de água do Concelho, aliada ao seu aproveitamento para a criação de zonas de fruição por parte da população, nomeadamente através da criação de percursos pedestres em locais com grande beleza paisagística;-----

-----Na zona mais urbana do Concelho, junto à Vila de Mortágua existem dois espaços verdes já criados: O Parque Verde e o Parque das Nogueiras. Ambos encontram-se implantados na margem da Ribeira de Mortágua, em zona de grande riqueza paisagística/ecológica.-----

-----Pretende-se assim, a elaboração de um projeto de execução que preveja a requalificação da Ribeira de Mortágua entre a ponte do Barril e o Parque Verde e a criação de um percurso pedestre com equipamentos de apoio nesse trajeto, aproveitando a existência do Parque da Nogueiras e o Parque Verde.-----

-----Entendendo assim que se deveriam solicitar propostas para a elaboração deste projeto de execução.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a requalificação da Ribeira de Mortágua entre a ponte do Barril e o Parque Verde e a criação de um percurso pedestre com equipamentos de apoio nesse trajeto, aproveitando a existência do Parque da Nogueiras e o Parque Verde.-----

-----O procedimento do Código da Contratação Pública para a elaboração do respetivo Projeto será desenvolvido pelo Presidente da Câmara no uso das suas competências própria.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **11.1.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL A:---**

##### **11.1.1.-Empresas reconhecidas com o Prémio PME Lider e Excelência 2014:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 6º. que se distinga com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal pessoas individuais ou coletivas, de cujos atos resulte aumento do prestígio do Município de Mortágua, melhoria das condições de vida da população ou contribuições relevantes nos campos da ciência, do ensino, da sua cultura, da arte do desporto ou da solidariedade social. Considerando que a Medalha de Mérito Municipal é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Assembleia Municipal aprovar, por deliberação maioritária de todos os seus membros em efetividade de funções, mediante, proposta da Câmara da atribuição da Medalha de Mérito Municipal-----

-----Considerando que a medalha deverá ser entregue em cerimónia pública e solene e sendo o Feriado Municipal o dia mais apropriado para uma cerimónia desta natureza.-----

-----Proponho que seja atribuída a medalha de mérito municipal á empresa implantada no Concelho reconhecidas com o Prémio PM LIDER 2014: Socitop, Ldª; Pellets Power, LDª; Wellcare – Packaging, Ldª., esta última também obteve o PM Excelência, e que têm contribuindo para o desenvolvimento económico do Município, reconhecendo-se deste modo o seu mérito e esforço num período de grande crise económica que o País atravessa.”-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto e por unanimidade, aprovar a proposta e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.2.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 10º. que os trabalhadores municipais que tendo servido o Município durante um período superior a 20 anos, e que se tenham distinguido no desempenho das suas tarefas, assiduidade, zelo e dedicação ou por outros motivos que dignificam a função, sejam agraciados com a Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que a Medalha de Bons Serviços é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Câmara Municipal, por proposta do seu Presidente a atribuição da Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que foi instituída a atribuição daquela Medalha e que existem alguns funcionários do quadro da Autarquia que reúnem condições para serem agraciados, e que se deve continuar esta iniciativa no Feriado Municipal.-----

-----Proponho que sejam agraciados com a Medalha de Ouro de Bons Serviços, os trabalhadores: Adelino Ferreira Dionísio – Assistente Operacional/Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais; José Adelino Nogueira Garcia – Assistente Operacional/Leitor Cobrador; Maria Joana Coragem Albano – Assistente Técnica; Ana Paula Sacras Cordeiro Martins – Assistente Técnica; Ana Filipa Geraldês Pestana Damas Paiva, Técnica Superior/Veterinária.-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto e separadamente deliberou por unanimidade atribuir as medalhas propostas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.3.-EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE AVENÇA DE SERVIÇOS (APOIO JURÍDICO) COM DR. JORGE MANUEL AFONSO GASPAR:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 30/03/2015, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para renovação do contrato de prestações de serviços com Dr. Jorge Manuel Afonso Gaspar.-----

#### **-----I-Objecto do contrato:-----**

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado (avença) tem como objecto a prestação de serviços jurídicos, nomeadamente, elaboração de pareceres, apoio em processos judiciais, consultas jurídicas na área administrativa e obras particulares.-----

-----Nos termos da sua cláusula segunda tem a duração de um ano e é renovável por igual período. -----

-----O seu período de vigência termina a 19 de Maio 2015.-----

#### **-----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----**

-----1- Nos termos do n.º5 do artigo 75º da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de Junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de Abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de Agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.-----

-----2- Conforme determina o nº 12 do referido artigo 76º nas autarquias locais esse parecer é



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a) Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas.-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no nº1 do já mencionado art.º 75.º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o n.º1 do artigo 2.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro.-----

-----**III- Do contrato de prestação de serviços a renovar:**-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços , demonstra-se o seguinte:-----

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 75.º , de 31 de Dezembro ainda não foi publicada.-----

-----b) O cabimento da despesa é efectuado mensalmente juntamente com os vencimentos dos funcionários, na rubrica 0202010107, existindo fundos disponíveis para a assunção do respectivo compromisso.-----

-----c) A remuneração contratual a pagar ao prestador de serviços é mensal e no valor de 1.000,00€. -----

-----Como se trata de um contrato de aquisição de serviços determina o n.º 2 do já citado artigo 75.º, a redução remuneratória incide sobre o valor total do contrato. O nº 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, determina que são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais de valor



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

superior a 1.500,00€.

Assim o presente prestador de serviços não está abrangido pela redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do art.º 75.º da Lei 82-B/2014, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

### IV- Da proposta em sentido estrito:

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que o executivo municipal deverá emitir, por força do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer vinculativo favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Dr. Jorge Manuel Afonso Gaspar, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do mencionado artigo 7.º.

A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável para a renovação do contrato de prestação de serviços.

### 11.4.- EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA TÉCNICA (ARQUITETURA) COM CARLOS SANTOS, ARQUITETURA E URBANISMO, LDª.

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 30/03/2015, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para renovação do contrato de prestações de serviços com Carlos Santos, Arquitetura e Urbanismo, Ldª.

### I- Objecto do contrato:

O contrato de prestação de serviço acima identificado (avença) tem como objecto a prestação de serviços técnicos, nomeadamente, consultadoria genérica, elaboração de relatórios no âmbito de planeamento e urbanismo, licenciamentos, emissão de pareceres sobre pedidos de viabilidade de projectos, quer de loteamentos, quer de construção de edifícios.

Nos termos da sua cláusula segunda tem a duração de um ano e é renovável por igual



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

período.-----

-----O seu período de vigência termina a 19 de Maio 2015.-----

### -----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----1- Nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014 de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2015) carece de parecer vinculativo a celebração ou renovações de contratos de aquisição de serviços por órgãos abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de Junho, e pelo Dec. Lei 47/2013, de 5 de Abril, alterado pela Lei 66/2013, de 27 de Agosto, designadamente no que respeita a:-----

-----a) contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica.-----

-----2-Conforme determina o n.º 12 do referido artigo 76º nas autarquias locais esse parecer é da competência do órgão executivo, e depende da verificação dos seguintes requisitos:-----

-----a)Verificação que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas.-----

-----b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Cumprimento do disposto no n.º1 do já mencionado art.º 75º, ou seja a redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro.-----

### -----III- Do contrato de prestação de serviços a renovar:-----

-----1-Tendo por base o contrato a renovar com o presente prestador de serviços, demonstra-se o seguinte:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----a) Que se trata de trabalho não subordinado e não existe qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Quanto à inexistência de pessoal em situação de requalificação a portaria a que se refere a parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 75º, de 31 de Dezembro ainda não foi publicada.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida declaração de cabimento orçamental na rubrica orgânica 02 e económica 010107 com o número sequencial 10869.-----

-----c) A remuneração contratual a pagar ao prestador de serviços é mensal e no valor de 598,56 €.-----

-----Como se trata de um contrato de aquisição de serviços determina o nº2 do já citado artigo 75º, a redução remuneratória incide sobre o valor total do contrato. O nº 1 do artigo 2º da Lei 75/2014, determina que são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 1.500,00€.-----

-----Assim o presente prestador de serviços não está abrangido pela redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do art.º 75.º da Lei 82-B/2014, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.--

### -----IV- Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que o executivo municipal deverá emitir, por força do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014, de 31/12, parecer vinculativo favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com Carlos Santos, Arquitectura e Urbanismo, Lda, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no n.º6 do mencionado artigo 7º.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável para a renovação do contrato de prestação de serviços.-----

### **11.5.-PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA BAIXADAS ELÉTRICA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Território e Serviços Urbanos, datada de 24/03/2015 e que a seguir se transcreve:-----

“Como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>. existia até ao 31 de dezembro de 2014 um protocolo entre a CMM e a EDP em que se isentava esta entidade do pagamento de taxas pela intervenção na via pública, sobretudo nas baixadas elétricas para particulares, ficando apenas com a obrigação de repor as valas com pavimento existente e nas condições exigidas pela fiscalização municipal.-----

-----A partir de 1 de janeiro de 2015, o pedido de intervenção na via pública para execução das referidas baixadas elétricas passou a ser feito pelo particular requerente.-----

-----Atendendo a que:-----

-----a) A tabela de taxas e licenças da CMM prevê no seu artigo 28º. O pagamento de uma taxa anual de 6,90 euros até 5 metros de comprimento de tubo ou cabo + 0,20 euros/metro acima dos 5 metros;-----

-----b) O lançamento desta taxa configura uma situação de desigualdade perante todos os munícipes que até 31/12/2014 solicitaram a execução de baixadas;-----

-----Entendo que:-----

-----1) O Município requerente deveria pagar uma caução calculada com base nos reais custos da reposição (poder-se-ia adotar a tabela em anexo que é utilizada para as “Águas do Planalto”-----

-----O Município deveria ser isentado do pagamento das taxas supra referenciadas.-----

-----Coloco o assunto à consideração superior.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade propor a aprovação da isenção do pagamento das taxas propostas à Assembleia Municipal, com um custo fiscal máximo por baixada de vinte euros (20,00€)/ano.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

**11.6.-PROCESSO Nº.245/15.BEVIS (PROVIDENCIA CAUTELAR), TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU EM QUE É AUTORA TELMA ALMEIDA MARQUES DOS REIS E RÉU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E MAR CONTRA INTERESSADO A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 30 de março findo, do assessor jurídico do Município, que a seguir se transcreve, sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Assunto: Processo nº. 245/15.9BEVIS (Providencia Cautelar), Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu em que é autora Telma Almeida Marques dos Reis e réu Ministério da Agricultura e Mar e contra interessado a Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Informação:-----

-----Telma Almeida Marques dos Reis, veio apresentar Providência Cautelar contra Ministério da Agricultura e do Mar, indicando como contra interessado a Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Nessa Providência cautelar, a requerente pediu a suspensão da eficácia do ato administrativo proferido pelo Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Centro, que ordenou a demolição da habitação, a demolição de muros de vedação e suporte, a escavação dos alicerces dos muros e habitação, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento e transporte dos materiais resultantes da escavação e da demolição do vazadouro autorizado, com fundamento em vício de violação da lei nomeadamente o disposto no DL nº.73/2009, e 31 de Março bem como do Principio da Proporcionalidade nos termos do artigo 18º. Nº.2 da Constituição da Republica Portuguesa.---

-----O fundamento daquele ato administrativo, radica no facto de aquela entidade administrativa ter o entendimento de que a construção se encontra localizada parcialmente em mancha da RAN de acordo com o PDM de Mortágua.-----

-----Na contestação do processo nº. 520/11.1.BEVIS, relativamente ao ato do Diretor





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regional de Agricultura e Pescas do Centro, que ordenou a cessação imediata da construção da mesma habitação, a Câmara Municipal de Mortágua, na qualidade de ré, veio alegar que, conforme o requerimento apresentado pela requerente no pedido de licenciamento da casa de habitação e respetivas peças desenhadas, as obras não consubstanciavam uma utilização não agrícola da RAN, pois o solo onde foram executadas não estava aí incluído, não sendo necessário, por esse motivo, a obtenção de parecer vinculativo da entidade administrativa da RAN. Entendeu a Câmara Municipal de Mortágua licenciar a obra e naquela ação, foi referido que o espaço a que se reportava a construção, constituía espaço Urbanizável e atualmente, nos termos do artigo 18º. Do PDM Espaço Urbano.-----

-----Também o processo de contraordenação instaurado por Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, pelo facto de a Câmara Municipal ter licenciado a referida casa de habitação em área que, aquela entidade afirmava estar incluída na RAN, que deu origem ao recurso de impugnação da contraordenação nº.369/13.7TBSCD, que correu termos pelo 2º. Juízo do Tribunal de Santa Comba Dão, a Câmara Municipal veio afirmar nos autos que o espaço onde se localizava a obra não pertencia à RAN. Por sentença proferida naquele processo, foi revogada a decisão da autoridade administrativa e a Câmara Municipal absolvida da contraordenação que lhe era imputada.-----

-----Tendo a Câmara Municipal, naqueles processos, alegado que a edificação, face aos elementos do processo de obras, não se encontrava localizada em espaço da RAN e que não haveria motivo para ser ordenado a cessação da construção, tais fundamentos mantêm-se relativamente à ordem de demolição da mesma habitação, que surgiu na sequência da notificação atrás referida.-----

-----Atento o pedido formulado na providência cautelar, de suspender a ordem de demolição com o fundamento, entre outros, de a requerente entender que o prédio em construção não se encontra localizado em área de RAN, seria contraditório com as anteriores intervenções nos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

processos citados, a Câmara Municipal vir, agora, deduzir oposição ao pedido de suspensão da eficácia daquele ato, uma vez que sempre teve o entendimento, manifestado no referido processo nº.520/11.1 BEVIS e no processo de contraordenação objeto do recurso de impugnação nº.369/13.7TBSCD, de que o espaço em questão não estava incluído na RAN.----

-----O prazo de 10 dias acrescido de 5 de dilação para deduzir oposição iniciou-se em 13-3-2015 e termina em 30-03-2015, ou seja em data anterior à próxima reunião de Câmara. Será possível ainda praticar o ato, com multa, nos três dias úteis seguintes, ou seja até 2 de abril, uma vez que se trata de processo urgente, correndo o prazo férias judiciais.-----

-----Dado as anteriores posições assumidas nos processos referidos, sempre a Câmara Municipal entendeu que, face aos elementos que constam do processo de obras, a casa não estará em RAN. Por esse motivo não haverá fundamento para deduzir oposição, na qualidade de contra interessado, ao pedido de suspensão da ordem proferida pelo Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Centro que ordenou a demolição da habitação.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade não deduzir oposição na qualidade de contra interessado.-----

### **12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **12.1.-REQ. 870/2014 DE VISTORIA/LICENÇA DE EXPLORAÇÃO RELATIVA AO PROCº. Nº. 01/2012/296 DA PETROGAL SA DE INSTALAÇÃO PARA ARMAZENAGEM DE GPL NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.01/2012/296 de vistoria final à rede de distribuição de combustíveis – GPL, no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e em que é requerente Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A..-----

-----Do Auto de Vistoria datado de 11/03/2015 efetuado nos termos e para efeitos de emissão de licença de exploração nos termos do nº. 5 do artº. 12º. do Decreto – Lei nº. 217/2012, de 9



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de outubro, em que foram peritos Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe da DPAT, Engº. Albano Tomaz da Fonseca Duarte Chefe da DCTSU, Bruno Fernando da Silva Martins Borges, Fiscal Municipal Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal e Engº. João Pereira representante do Instituto Tecnológico do Gás (ITG), nomeados para o efeito em concluíram estes o seguinte:-----

-----“ Efetuada a vistoria, são os peritos de parecer que a instalação reúne as condições para ser concedida a licença de exploração, uma vez que foi cumprido o projeto e demais prescrições legais”.-----

-----O valor calculado, e exarado no respetivo processo, para o seguro de responsabilidade civil previsto no nº. 3 do artº. 14º. do Decreto – Lei nº. 267/2002, de 26/11, é de 611.573,00€,

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a respetiva licença de exploração.-----

**12.2.-REQ. 848/2014 DE VISTORIA/LICENÇA DE EXPLORAÇÃO RELATIVA AO PROCº. Nº. 01/2012/297 DA PETROGAL DE INSTALAÇÃO PARA ARMAZENAGEM DE GPL NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.01/2012/297/ de vistoria final à instalação de reservatório fixo de armazenamento de combustíveis - GPL (capacidade total de 44,400l) no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e em que é requerente Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.-----

-----Do Auto de Vistoria datado de 11/03/2015 efetuado nos termos e para efeitos de emissão de licença de exploração nos termos do nº. 5 do artº. 12º. do Decreto – Lei nº. 217/2012, de 9 de outubro, em que foram peritos Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe da DPAT, Engº. Albano Tomaz da Fonseca Duarte Chefe da DCTSU, Bruno Fernando da Silva Martins Borges, Fiscal Municipal Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Comandante Operacional da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Proteção Civil Municipal e Eng.º João Pereira representante do Instituto Tecnológico do Gás (ITG), nomeados para o efeito em concluíram estes o seguinte:-----

-----“ Efetuada a vistoria, são os peritos de parecer que a instalação reúne as condições para ser concedida a licença de exploração, uma vez que foi cumprido o projeto e demais prescrições legais”.-----

-----O valor calculado, e exarado no respetivo processo, para o seguro de responsabilidade civil previsto no n.º.3 do art.º. 14.º. do Decreto – Lei n.º. 267/2002, de 26/11, é de 611.573,00 €.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a respetiva licença.-----

### **11.3.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º. Nº. 01/2012/76 (alínea e), n.º.1, art.º.29.º. RMUET) – Construção nova (habitação/anexos/muros de vedação):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Hugo Miguel de Almeida Gomes registado com o n.º. 01/2015/167 para nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e seis cêntimos (825,76 €), do processo n.º. 01/2014/91 Construção nova (habitação/anexos/muros de vedação), sita na Rua de São João, lote n.º.24, na Gândara.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas “*Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente*”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e seis cêntimos (825,76 €), a Hugo Miguel de Almeida Gomes e referente ao processo nº. 01/2014/91 Construção nova (habitação/anexos/muros de vedação), sita na Rua de São João, lote nº.24, na Gândara.-----

### **12.4.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

#### **12.4.1.-Procº. Nº. 08/2014/03 , sito na Alameda da Igreja, em Mortágua:-----**

-----No seguimento da notificação efetuada, em cumprimento à deliberação tomada na Reunião de Câmara de 07/01/2015, através do ofício refº. DAGF/AG 00046, de 15/01/2015 à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mortágua, relativa ao mau estado de conservação do seu edifício de Centro Social, sito na Alameda da Igreja, veio esta através da carta sem data e recebida a 23/02/2015, informar que a obra terá início a 23 de março.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou que os serviços de fiscalização devem acompanhar a execução dos trabalhos e comunicar à Câmara o seu terminus.-----

#### **12.4.2.-Procº. Nº. 08/2015/01, sito na Rua Santo Luzia, no Freixo:-----**

-----Foi presente o auto de vistoria do edifício em mau estado de conservação, sita na Rua de Santa Luzia, Freixo, Mortágua, pertencente a Maria Olinda Gonçalves Barbosa, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, 6, efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Bruno Borges.-----

-----Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de setembro, e posteriores alterações, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----

-----Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101º. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido deliberou por unanimidade, notificar o proprietário para: Num prazo máximo de noventa (90) dias seguidos, mandar proceder à demolição do edificado mais degradado, a nível do andar, podendo manter-se as paredes do rés do chão, e proceder à limpeza de RCD – resíduos de construção e demolição.-----

### **12.4.3.-Procº. Nº. 08/2015/02, sito na Rua Principal, em Vale de Carneiro:-----**

-----O Senhor Presidente informou que, no seguimento da notificação feita, nos termos e para efeitos do artº. 101º. do CPA, a Vital Ferreira Marques, residente na Praceta Quinta das Recolhidas, 7-7º. C, Vila Verde, 3090-653 Figueira da Foz sobre o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 4/03/2015, relativo ao mau estado de conservação do seu edifício situado na Rua Principal em Vale de Carneiro, veio este através de carta datada de 19/03/2015, expor e informar o seguinte:-----

-----“O imóvel em causa apenas adveio à propriedade do ora exponente há relativamente pouco tempo, por herança de seus falecidos pais.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Sendo intenção do ora exponente proceder à sua recuperação, porquanto o ora exponente é o primeiro a reconhecer que aquele imóvel não se encontra em bom estado.-----

-----Não aceitando, todavia, que o mesmo, até pela sua estrutura e apesar do estado em que se encontra, constitua perigo iminente para a sua segurança pública e de pessoas que perto dele eventualmente circulem.-----

-----O que o ora exponente, leigo na matéria, teve o cuidado de confirmar junto de técnicos da sua confiança.-----

-----O imóvel em causa tem para o ora exponente e seus familiares elevado valor sentimental, apenas não tendo ainda sido objeto de recuperação, por um lado por dificuldades de tempo uma vez que ora exponente reside habitualmente na Figueira da Foz, e por outro, por algumas limitações de ordem financeira.-----

-----A recuperação que se pretende realizar valorizará, de modo inequívoco, o imóvel em causa, assim permitindo ao ora exponente posteriormente avaliar a possibilidade de proceder à hipotética alienação.-----

-----Não se justificando assim, a demolição do imóvel em apreço.-----

-----Para o efeito necessita o ora exponente que essa prestimosa edilidade lhe conceda período de tempo razoável para proceder àquelas obras de recuperação, o que ora se requer a V. Ex<sup>a</sup>.”-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade considerando a forma genérica em que no auto de vistoria foi apresentado o perigo eminente do edifício em causa para a segurança pública, considerando também o propósito de recuperação apresentada pelo proprietário, sem que contudo, tenha indicado o prazo em que pretende iniciar a recuperação, impõe-se que os serviços técnicos antes de mais concretizem os precisos elementos da edificação que constituem o indicado perigo, de forma a que seja fixado prazo ao proprietário para os remover, salvaguardando o restante edificado, que em tempo recuperará.--

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pelas dezassete horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

*Rosa de Santal*

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

*[Signature]*